



# II RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE O DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO EM MOÇAMBIQUE

---

II FASE DO  
DIÁLOGO NACIONAL  
INCLUSIVO

MARÇO - JUNHO 2026

# ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
INTRODUÇÃO	5
METODOLOGIA	5
III. PARTICIPAÇÃO E ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	7
IV. PRINCIPAIS TENDÊNCIAS OBSERVADAS NAS AUSCULTAÇÕES PÚBLICAS	10
V. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL E SUBMISSÃO DE CONTRIBUTOS	15
VI. ANÁLISE DOS PARTIDOS POLÍTICOS SIGNATÁRIOS	18
VII. REFLEXÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO DIÁLOGO	22
VIII. COBERTURA MEDIÁTICA E PERCEPÇÃO PÚBLICA	25
IX. PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS	29
X. CONCLUSÃO	24

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente II Relatório (Sombra) Preliminar sobre o Diálogo Nacional Inclusivo em Moçambique apresenta uma análise independente sobre o ponto de situação da II Fase do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), realizada entre Março e Maio de 2026. Produzido pela Plataforma DECIDE no âmbito das suas actividades de monitoria cívica, participação democrática e acompanhamento institucional, o relatório resulta da monitoria territorial, participação directa em actividades públicas, acompanhamento de conteúdos divulgados pela Comissão Técnica para o Diálogo Nacional Inclusivo (COTE), encontros institucionais e observação do debate público nacional e digital.

Durante o período em análise, o Diálogo Nacional Inclusivo registou significativa abrangência territorial e social, envolvendo mais de 51 locais de auscultação distribuídos por diferentes províncias do país, incluindo zonas urbanas, rurais e postos administrativos considerados estratégicos do ponto de vista político, económico e social. Com base em estimativas recolhidas através de monitoria territorial, conteúdos oficiais divulgados pela COTE e informação disponibilizada por actores locais, considera-se que o processo terá alcançado directa e indirectamente mais de 50.000 cidadãos.

A província de Manica destacou-se como a região com maior abrangência territorial, envolvendo 18 postos administrativos e uma média superior a 3.000 participantes por sessão pública. A província de Sofala registou igualmente forte mobilização comunitária, com média aproximada de 1.800 participantes por sessão, enquanto Nampula envolveu médias superiores a 1.200 participantes e Niassa cerca de 500 participantes por actividade. O processo contou com participação diversificada de jovens, mulheres, líderes religiosos e comunitários, organizações da sociedade civil, representantes de partidos políticos, académicos, activistas cívicos, agentes económicos e líderes locais.

No plano institucional, o relatório identifica uma participação particularmente activa da sociedade civil moçambicana. Foram registadas cerca de 24 organizações, associações, plataformas e fóruns da sociedade civil que submeteram formalmente propostas e contribuições junto da Comissão Técnica para o Diálogo Nacional Inclusivo (COTE), demonstrando elevado nível de articulação cívica e interesse público nas reformas nacionais. Em contraste, regista-se que apenas um partido

político, nomeadamente o partido ANAMOLA, submeteu formalmente contribuições durante o período analisado.

As auscultações públicas revelaram que as principais preocupações dos cidadãos concentram-se na reforma do sistema eleitoral, redução da concentração de poderes políticos, descentralização administrativa, segurança pública, gestão transparente dos recursos naturais, combate à corrupção, acesso à justiça, reconciliação nacional e igualdade no acesso aos serviços públicos. As contribuições recolhidas demonstram que a actual crise moçambicana é amplamente percebida como uma crise estrutural e multidimensional, ultrapassando a dimensão estritamente eleitoral e envolvendo questões profundas de governação, legitimidade institucional, justiça social, inclusão económica e confiança pública.

No plano mediático, o processo foi amplamente acompanhado por órgãos de comunicação nacionais e internacionais. A monitoria realizada identificou mais de 117 conteúdos mediáticos relacionados com o Diálogo Nacional Inclusivo, com destaque para a Rádio Moçambique (RM), Televisão de Moçambique (TVM), Jornal Notícias, DW África, RTP África, LUSA e Club of Mozambique. Nas redes sociais, o processo registou elevado nível de engajamento digital, alcançando cerca de 1,7 milhões de visualizações e 729.059 interações no Facebook, mais de 70.120 contas alcançadas e 86.238 visualizações no Instagram, mais de 66.238 visualizações no YouTube através de pelo menos 26 vídeos publicados, assim como cerca de 150 publicações relacionadas ao processo na plataforma Twitter/X.

Apesar da forte visibilidade pública, a monitoria digital identificou elevados níveis de desconfiança pública relativamente à capacidade do processo produzir reformas concretas e estruturalmente transformadoras. Entre os comentários mais frequentes nas plataformas digitais destacam-se preocupações relacionadas com a inclusão efectiva dos principais actores políticos, credibilidade institucional, transparência do processo, implementação futura das reformas e continuidade das detenções e tensões pós-eleitorais.

O relatório identifica igualmente riscos susceptíveis de comprometer a legitimidade e sustentabilidade do processo, incluindo persistência de elevados níveis de desconfiança pública, percepções de exclusão política e social, fragilidade dos mecanismos de implementação, limitações de comunicação institucional, excessiva institucionalização do processo, fragmentação

das reformas estruturais e continuidade de detenções, mortes e agressões associadas ao contexto político.

A Plataforma DECIDE considera que Moçambique atravessa um momento historicamente determinante. O Diálogo Nacional Inclusivo representa simultaneamente uma oportunidade de reconstrução institucional, fortalecimento democrático e reconciliação nacional, mas também um teste à capacidade do Estado e dos actores políticos responderem às expectativas de participação, justiça, transparência e inclusão expressas pelos cidadãos. O sucesso do processo dependerá, em larga medida, da sua capacidade de traduzir as expectativas públicas em reformas concretas, sustentáveis e efectivamente implementadas.

# 1. INTRODUÇÃO

O Diálogo Nacional Inclusivo surge num contexto marcado por tensões políticas, contestação eleitoral, polarização social e crescente debate público em torno da legitimidade das instituições democráticas em Moçambique. Neste quadro, o processo foi concebido como um mecanismo nacional de promoção do diálogo político, auscultação cidadã e construção de consensos sobre reformas estruturais consideradas prioritárias para a estabilidade, reconciliação nacional e consolidação democrática. A segunda fase do processo caracterizou-se pela realização de auscultações públicas em diferentes províncias, distritos e postos administrativos do país, envolvendo comunidades locais, organizações da sociedade civil, líderes comunitários, representantes religiosos, juventude, mulheres, agentes económicos, académicos e partidos políticos. O presente relatório procura contribuir para a monitoria independente do processo, analisando tendências emergentes, percepções públicas, desafios institucionais e perspectivas associadas ao Diálogo Nacional Inclusivo. Mais do que um exercício descritivo, o relatório procura igualmente identificar riscos, oportunidades e prioridades estratégicas relacionadas com o actual momento político nacional.

## 2. METODOLOGIA

O presente relatório resulta de um processo independente de monitoria, acompanhamento e sistematização do Diálogo Nacional Inclusivo em Moçambique, realizado pela Plataforma DECIDE entre os dias 10 de Março e 15 de Junho de 2026.

A recolha de informação baseou-se numa combinação de metodologias qualitativas e documentais, incluindo:

- Monitoria de publicações oficiais divulgadas pela Comissão Técnica para o Diálogo Nacional Inclusivo (COTE) e demais entidades envolvidas no processo;
- Acompanhamento sistemático de conteúdos publicados em plataformas digitais e redes sociais relacionados com o Diálogo Nacional Inclusivo;
- Participação directa em actividades e sessões públicas de auscultação realizadas em diferentes províncias do país;
- Realização de entrevistas, encontros institucionais e consultas com representantes de partidos políticos, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e outros actores relevantes;
- Sistematização de percepções, propostas e preocupações emergentes das auscultações públicas e debates comunitários.

### 2.1 Limitações do Estudo

O processo de monitoria enfrentou algumas limitações relevantes, nomeadamente:

- Ausência de publicação regular antecipada e centralizada de uma agenda oficial consolidada das actividades do Diálogo Nacional Inclusivo;
- Dificuldades de acesso atempado à informação junto de algumas entidades responsáveis pela coordenação e implementação do processo;

- Dependência parcial de informação disponibilizada através de plataformas digitais e redes sociais, cuja sistematização nem sempre ocorreu de forma uniforme;
- Limitações logísticas e operacionais para acompanhamento presencial integral de todas as actividades realizadas no território nacional.

Não obstante estas limitações, o relatório procura apresentar uma análise independente, equilibrada e baseada em informação verificada a partir de múltiplas fontes e actores envolvidos no processo.

### **III. PARTICIPAÇÃO E ABRANGÊNCIA TERRITORIAL**

O Diálogo Nacional Inclusivo registou significativa abrangência territorial e social, envolvendo mais de 51 locais de auscultação distribuídos por diferentes províncias do país.

As actividades abrangeram postos administrativos, comunidades rurais, centros urbanos e localidades com relevância política, económica e social, permitindo captar diferentes realidades territoriais e preocupações comunitárias. Como locais mais destacados, registraram-se os seguintes:

#### **Província de Maputo**

- O diálogo decorreu em 3 postos administrativos: Moamba, Pessene e Matutuíne, onde discussões evidenciaram forte preocupação com a governação local, acesso a serviços básicos e transparência eleitoral.

#### **Província de Gaza**

- Foram abrangidos 6 postos administrativos, Chibonzane, Chidengule, Muzamane, Macuácu, Manjacaze e Chilatanhane, onde destacaram-se preocupações ligadas à segurança, emprego e inclusão económica.

#### **Província de Inhambane**

- O diálogo teve lugar no posto administrativo de Urene (Panda), envolvendo onde as intervenções centraram-se sobretudo no acesso à saúde e à educação. Panda destacou-se igualmente por ter registado níveis significativos de mobilização social e manifestações durante o período pós-eleitoral.

### **Província de Sofala**

- Registou-se uma das participações mais expressivas, com sessões em vários pontos, incluindo Machanga (Zimula), Búzi (Guará-Guará), Dondo (Savane), Marromeu (Chipanga), Chemba (Mulima), Nhamatanda (Lamego) e Gorongosa (Canda), totalizando uma média de aproximada de 1.800 participantes por sessão. A província destacou-se pela forte mobilização comunitária e diversidade de temas abordados.

### **Província de Manica**

- Constituiu a província com maior abrangência territorial, com sessões realizadas em 18 postos administrativos, nomeadamente: Guro, Báruè, Dunda (Macossa), Inhazónia, Sussundenga, Tambara (Sabate), Mungari, Nhacafula, Munhinga, Macate, Mussorize, Sussundenga-Sede, Dombe, Messica, Machipanda, Gondola e Macate-Sede, envolvendo uma média superior de mais de .000 participantes por sessão. Este nível de adesão reflecte elevada abertura das comunidades ao debate público.

### **Província de Tete**

- O diálogo destacou-se mais 4 postos administrativos , Chiuta, Tsangano, Mocumbura e Nsádza, onde as discussões foram fortemente marcadas por questões ligadas à exploração de recursos naturais e benefícios locais.

### **Província da Zambézia**

- Apesar da cobertura mais limitada, emergiram preocupações relevantes sobre desenvolvimento local e inclusão.

### **Província de Nampula**

- O processo decorreu com destaque em 4 postos administrativos: Rapale, Mecuburi, Namialo e Anchilo envolvendo uma média de mais de 1.200 participantes. Destacaram-se preocupações com o sistema eleitoral, educação e oportunidades para jovens.

### **Província de Niassa**

- Foram destaque 7 postos administrativos, incluindo Chimbila, Marrupa (Nunjo), Namicundi, Mitucue, Etarara e Muhemula, com uma média mais de 500 participantes. As contribuições reflectiram desafios estruturais ligados ao isolamento geográfico e acesso a serviços públicos.

Com base em estimativas preliminares recolhidas através de monitoria territorial, com base na triangulação de diferentes fontes de informação, incluindo observação directa de campo, informações disponibilizadas por actores locais, conteúdos divulgados participação directa em actividades, conteúdos publicados pela COTE, registos fotográficos e audiovisuais, considera-se que o processo terá alcançado directamente mais de 50.000 cidadãos. A diversidade de actores envolvidos contribuiu para reforçar a dimensão participativa do processo, incluindo:

- Jovens;
- Mulheres;
- Líderes religiosos e comunitários;
- Organizações da sociedade civil;
- Representantes de partidos políticos;
- Acadêmicos e professores;
- Agentes económicos;
- Activistas cívicos;
- Líderes locais e comunitários.

## **IV. PRINCIPAIS TENDÊNCIAS OBSERVADAS NAS AUSCULTAÇÕES PÚBLICAS**

As auscultações públicas realizadas em diferentes províncias revelaram um conjunto consistente de preocupações estruturais relacionadas com governação, legitimidade institucional, justiça social, segurança pública e inclusão económica.

As contribuições recolhidas demonstram que a actual crise moçambicana é percebida por amplos sectores da sociedade como uma crise multi-dimensional, ultrapassando a dimensão estritamente eleitoral.

#### **4.1 Reforma do Sistema Eleitoral**

Em praticamente todas as províncias emergiu forte preocupação relativamente à credibilidade, transparência e imparcialidade do sistema eleitoral.

Os participantes destacaram:

- Necessidade de maior transparência nos processos eleitorais;
- Introdução gradual de mecanismos electrónicos de votação e contagem;
- Redução do tempo de divulgação dos resultados eleitorais;
- Reforço da fiscalização independente;
- Maior responsabilização institucional em casos de irregularidades eleitorais.

As contribuições revelam persistente défice de confiança pública nas instituições eleitorais e nos mecanismos de gestão de conflitos pós-eleitorais.

#### **4.2 Reconfiguração do Poder Político**

As discussões evidenciaram preocupação crescente relativamente à concentração de poderes no sistema político moçambicano.

Entre as propostas mais recorrentes destacam-se:

- Redução dos poderes do Presidente da República;
- Reforço dos mecanismos de equilíbrio e controlo institucional;
- Maior autonomia dos órgãos de fiscalização;
- Descentralização administrativa e política.

#### **4.3 Segurança Pública e Protecção dos Cidadãos**

A insegurança e a percepção de fragilidade do Estado na garantia da protecção dos cidadãos surgiram de forma transversal em diferentes províncias.

As principais preocupações incluem:

- Criminalidade;
- Violência associada a manifestações;
- Relação entre polícia e comunidades;
- Capacidade operacional das forças de segurança.

Foram igualmente apresentadas propostas relacionadas com:

- Reforço do apetrechamento das Forças de Defesa e Segurança;
- Melhoria das condições operacionais da Polícia;
- Fortalecimento da confiança entre cidadãos e instituições de segurança.

#### **4.4 Gestão de Recursos Naturais e Justiça Económica**

Nas províncias com forte presença de recursos naturais foi identificado elevado sentimento de exclusão económica e desigualdade distributiva.

As comunidades defendem:

- Maior transparência na gestão de recursos naturais;
- Benefícios directos para as comunidades locais;
- Maior responsabilização na utilização de receitas provenientes da exploração de recursos;
- Inclusão das populações locais nos processos de tomada de decisão associados à exploração de recursos.

Em diferentes pontos do país, os participantes consideraram que a exploração de recursos naturais continua a gerar benefícios limitados para as comunidades afectadas, contribuindo para sentimentos de marginalização económica e desconfiança institucional.

#### **4.5 Acesso a Serviços Sociais Básicos**

As auscultações públicas revelaram preocupações recorrentes relacionadas com:

- Degradação do sistema de saúde;
- Insuficiência de medicamentos;
- Falta de infra-estruturas escolares;
- Carência de carteiras escolares;
- Dificuldades de acesso à habitação;
- Desigualdades territoriais no acesso a serviços públicos.

Foi igualmente recorrente a percepção de existência de desigualdades no acesso a oportunidades e serviços do Estado, frequentemente associadas a factores políticos e partidários.

As comunidades defenderam a necessidade de:

- Reforço do investimento em saúde e educação;
- Expansão de infra-estruturas públicas;
- Redução das desigualdades territoriais;
- Garantia de igualdade de acesso aos serviços públicos.

#### **4.6 Combate à Corrupção e Integridade Pública**

O combate à corrupção surgiu como uma das prioridades nacionais mais frequentemente mencionadas. Os participantes demonstraram percepção generalizada de impunidade, fragilidade institucional e utilização desigual dos recursos públicos.

Entre as propostas destacam-se:

- Maior responsabilização de titulares de cargos públicos;
- Reforço dos mecanismos de fiscalização;
- Fortalecimento das instituições de justiça;

- Maior transparência na administração pública;
- Reforço da independência institucional dos órgãos de controlo.

As contribuições recolhidas indicam que a corrupção é amplamente percebida como um dos principais factores de erosão da confiança pública nas instituições do Estado.

#### **4.7 Acesso à Justiça e Direitos Fundamentais**

Foram recorrentes percepções públicas relativas às dificuldades de acesso equitativo ao sistema de justiça e à existência de desigualdades associadas à condição socioeconómica dos cidadãos. As contribuições recolhidas destacaram:

- Necessidade de revisão dos critérios de aplicação de cauções;
- Maior acesso do cidadão comum aos mecanismos constitucionais;
- Reforço das garantias relacionadas com liberdade de expressão e direito à manifestação;
- Necessidade de criação de um Tribunal Constitucional com acesso a qualquer cidadão;
- Reforço dos mecanismos de fiscalização constitucional;
- Garantia de maior independência judicial.

Emergiram igualmente preocupações relacionadas com a percepção de utilização selectiva do sistema judicial em contextos politicamente sensíveis.

### **V. Participação Institucional e Submissão de Contributos**

Foram registadas cerca de 24 Organizações, Associações, Plataformas e Fóruns da Sociedade Civil, que submeteram formalmente as suas contribuições a Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo, o que demonstra um elevado nível de articulação e maturidade da sociedade civil moçambicana.

As contribuições foram apresentadas, constituem um marco relevante no processo de consolidação de propostas cidadãs para reformas nacionais

Em contraste, regista-se que, até ao momento, apenas um partido político submeteu formalmente a sua contribuição junto da Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo (COTE), nomeadamente o partido ANAMOLA.

### **5.1 Plataformas e Fóruns da Sociedade Civil**

- ROSC – Fórum da Sociedade Civil para os Direitos das Crianças
- PASMA – Plataforma da Sociedade Civil da Província de Maputo
- FONGA – Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Gaza
- FOPROI – Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Inhambane
- FOPROSA – Fórum Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Sofala
- FONGZA – Fórum das Organizações da Sociedade Civil da Zambézia
- FOCADÉ – Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Cabo Delgado
- PPOSCN – Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Nampula
- FORNAGNI – Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Niassa
- Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Manica
- FOPRONGT – Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Tete

### **5.2 Associações Profissionais e Setoriais**

- ANAPRO – Associação Nacional dos Professores
- Sindicato Nacional dos Jornalistas de Inhambane
- ARECMO – Associação de Restauração e Catering de Moçambique
- AMAVE – Associação Moçambicana de Empresas de Eventos
- Confederação das Associações Económicas

### **5.3 Organizações Juvenis e de Participação Cívica**

- COPJ-DNAI – Comissão para Observação e Participação Juvenil
- AJAC – Aliança Jovem Escritores

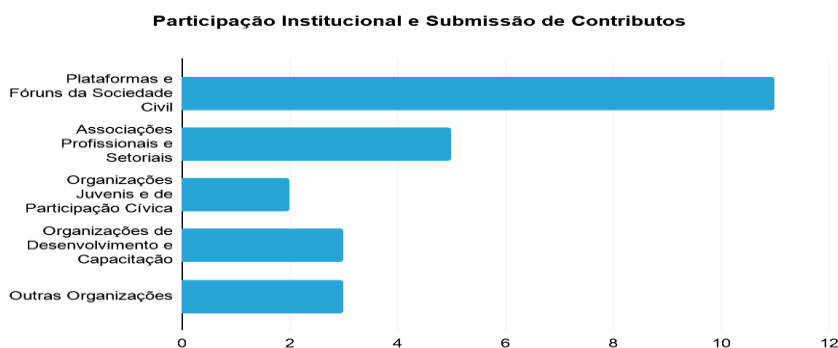
### **5.4 Organizações de Desenvolvimento e Capacitação**

- CESC – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil

- FDC – Fundo de Desenvolvimento da Comunidade
- PRODEA – Programa de Desenvolvimento Ambiental

## 5.5 Outras Organizações

- FAMOD
- DECIDE
- Inclusão



## VI. ANÁLISE DOS PARTIDOS POLÍTICOS SIGNATÁRIOS

No âmbito do acompanhamento do Diálogo Nacional Inclusivo, foram recolhidas diferentes percepções dos partidos políticos signatários do processo, reflectindo preocupações, desafios e expectativas quanto ao futuro da reconciliação nacional e das reformas estruturais em Moçambique.

Os partidos consideram que o Diálogo Nacional Inclusivo surgiu como resposta às tensões pós-eleitorais e à necessidade de prevenção do agravamento da instabilidade política.

Foi igualmente referido que o processo representa uma oportunidade de criação de espaços legítimos de participação cidadã e discussão pública sobre reformas estruturais.

Apesar das tensões políticas verificadas entre diferentes actores da oposição, os partidos consideraram que o processo deveria manter-se acima de interesses individuais e avançar enquanto instrumento colectivo de construção nacional.

Os partidos alertaram igualmente para os riscos que discursos de descredibilização do processo poderão representar para a continuidade, legitimidade e apoio internacional ao diálogo.



(Encontro com o MDM, PODEMOS, RENAMO e Nova Democracia)

Os partidos consideram que o sucesso do diálogo dependerá igualmente da implementação efectiva de reformas estruturais e medidas concretas de reconciliação nacional.

Entre as principais matérias identificadas como prioritárias destacam-se:

- Despartidarização das instituições públicas;
- Reforma da Lei Eleitoral;
- Redução dos poderes do Presidente da República;
- Descentralização administrativa e política;
- Reforma das instituições públicas;
- Criação de um Tribunal Constitucional.

Os partidos defendem que a ausência de avanços concretos nestas matérias poderá comprometer a credibilidade e sustentabilidade do processo.

## 6.1 Reconciliação Nacional

A reconciliação nacional foi amplamente identificada como eixo central do Diálogo Nacional Inclusivo.

Os partidos políticos defenderam que a reconciliação deve ultrapassar o plano discursivo e traduzir-se em medidas concretas, incluindo:

- Pedidos públicos de desculpas às vítimas de violência associada às manifestações;
- Compensações materiais e assistência às vítimas;
- Reforço da confiança entre instituições e cidadãos;
- Reconhecimento institucional dos erros históricos do passado;
- Promoção de mecanismos permanentes de diálogo nacional.

Foi igualmente defendida a necessidade de criação de mecanismos específicos de acompanhamento e promoção da reconciliação nacional.

## **6.2 Indulto e Amnistia**

A questão do indulto e da amnistia mereceu destaque significativo nos encontros realizados.

Os partidos políticos defenderam inicialmente a adopção da amnistia enquanto mecanismo mais abrangente e célere de resposta às tensões pós-eleitorais.

Segundo os partidos, a amnistia permitiria resposta mais ampla e imediata às preocupações sociais e políticas relacionadas com detenções, julgamentos e perseguições associadas ao contexto pós-eleitoral. Contudo, a proposta não avançou devido à oposição governamental.

Apesar disso, os partidos reconheceram a relevância do indulto enquanto instrumento de reconciliação nacional e destacaram a necessidade de assegurar a implementação efectiva das medidas adoptadas.

A Plataforma DECIDE chamou igualmente atenção para preocupações relacionadas com a continuidade de detenções e processos judiciais ligados ao contexto pós-eleitoral.

Segundo dados preliminares apresentados durante os encontros, o país continua a registar cerca de 1.579 cidadãos detidos, com maior incidência nas províncias de Nampula, Manica, Zambézia e Maputo.

Foi igualmente defendida a necessidade de harmonização entre reformas eleitorais e constitucionais, evitando fragmentação institucional das reformas em debate.

## VII. REFLEXÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO DIÁLOGO

No âmbito das actividades de monitoria do processo, a Plataforma DECIDE reuniu-se igualmente com representantes da sociedade civil integrados na Comissão Técnica para o Diálogo (COTE), incluindo académicos, activistas cívicos e representantes de organizações da sociedade civil.

As discussões evidenciaram preocupações relativamente ao risco de o processo tornar-se excessivamente restritivo caso permaneça limitado às áreas temáticas inicialmente definidas.

Foi sublinhada a necessidade de:

- Manter o diálogo aberto às diferentes preocupações sociais;
- Garantir inclusão efectiva;
- Reforçar mecanismos de participação cidadã;
- Assegurar coerência entre reformas eleitorais e constitucionais;
- Ampliar os mecanismos de comunicação pública.

Os representantes da sociedade civil consideram igualmente fundamental que o processo produza reformas concretas capazes de responder às causas estruturais da instabilidade política e social em Moçambique.

Foi ainda destacada a importância da reconciliação nacional enquanto elemento central para a reconstrução da confiança entre diferentes sectores da sociedade.

As discussões revelaram igualmente preocupações relacionadas com:

- Limitações de comunicação institucional;
- Necessidade de maior transparência pública;
- Riscos de excessiva institucionalização do processos
- Fragilidade dos mecanismos de implementação futura



(Encontro com Fidelia Chemane, representante da Sociedade Civil na COTE)

Relativamente às auscultações públicas, os representantes da sociedade civil apresentaram avaliação globalmente positiva da adesão comunitária, incluindo em zonas rurais e distritais. Foi igualmente referido que os debates comunitários demonstraram elevado interesse dos cidadãos relativamente às matérias em discussão, sobretudo:

- Violência eleitoral;
- Descentralização política;
- Nomeações públicas;
- Reformas institucionais;
- Justiça e reconciliação nacional



(Encontro com Ismael Mussa, representante da Sociedade Civil na COTE)

## VIII. COBERTURA MEDIÁTICA E PERCEPÇÃO PÚBLICA

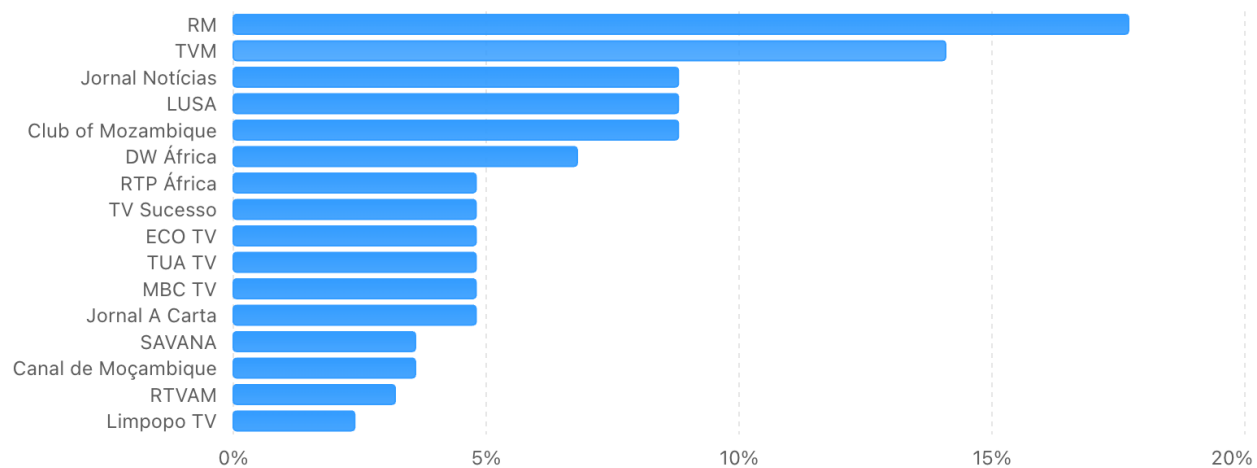
A cobertura do Diálogo Nacional Inclusivo em Moçambique foi dominada por um conjunto de órgãos de comunicação com maior capacidade de difusão e alcance nacional. Entre estes, destacam-se a Rádio Moçambique (RM), a Televisão de Moçambique (TVM) e o Jornal Notícias, que, enquanto meios de comunicação públicos ou de forte ligação institucional, asseguraram a maior parte da divulgação do processo, sobretudo através de noticiários, reportagens e reprodução de comunicados oficiais.

Num segundo nível, surgem órgãos internacionais e plataformas digitais como a LUSA, a DW África, a RTP África e o Club of Mozambique, que contribuíram para a amplificação e enquadramento externo do diálogo.

A monitoria realizada identificou predominância de cobertura institucional e informativa nos

### Share mediático do Diálogo Nacional Inclusivo

Distribuição estimada da cobertura pelo órgão de comunicação.



meios públicos, enquanto sectores da imprensa privada e independente apresentaram maior incidência de análise crítica e interpretação política. Em termos gerais, foram identificados mais de 117 conteúdos midiáticos relacionados com o processo durante o período analisado.

## 8.1. Redes Sociais e Engajamento Digital

No âmbito do processo do diálogo nacional inclusivo em curso no país, o engajamento nas redes sociais têm desempenhado um papel muito importante neste processo, permitindo que diferentes grupos da sociedade expressem as suas opiniões, preocupações e propostas de forma participativa. E por meio dessas redes sociais, é possível promover a participação cívica, incentivar a diversidade de ideias e ampliar o acesso à informação. Os dados sobre visualizações, interações, alcance e publicações nas plataformas digitais têm como fonte uma apresentação pública feita MASC, no evento sobre o “Papel das Ferramentas Digitais no Diálogo Nacional”, no dia 28 de Abril de 2026.

**Facebook-** O diálogo nacional inclusivo registou um forte alcance e elevado nível de interação no facebook, com cerca de 1.7 milhões de visualizações e 729.059 interações. Os resultados demonstram mais interesse do público sobre este processo, segundo a apresentação do MASC

**Instagram-** Tem demonstrado um forte engajamento, alcançando mais de 70.120 contas e registrando 86.238 visualizações, refletindo o crescente interesse e participação do público no diálogo nacional inclusivo.

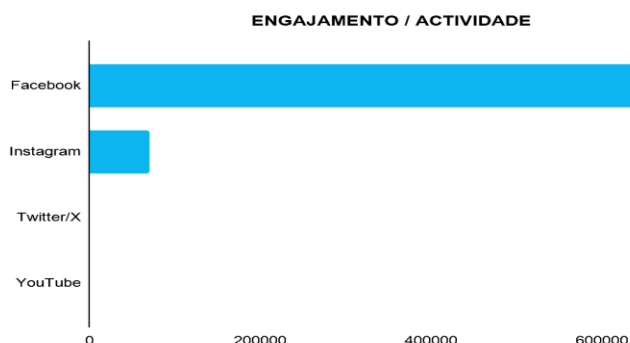
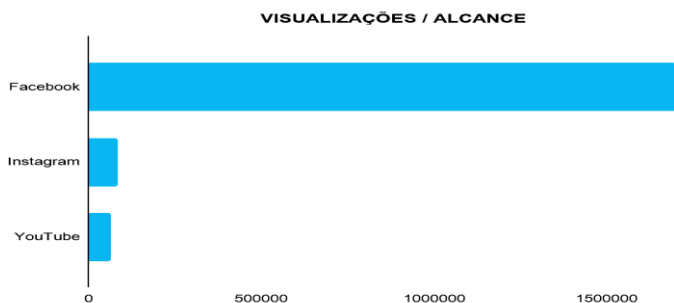
**Youtube-** Quanto ao engajamento no YouTube, sobre o diálogo nacional inclusivo, a presença tem crescido de forma gradual e positiva, com mais de 26 vídeos publicados e 66.238 visualizações, fortalecendo deste modo a disseminação de informação.

**Twitter/X-** No twitter, a presença digital está sendo construída de forma gradual e consistente com cerca de 150 publicações realizadas. A plataforma contribuiu para ampliar a visibilidade do diálogo nacional inclusivo e estimular debates .

## 8.2. Tipo de comentários frequentes nas redes sociais:

Nas redes sociais, os internautas demonstram pouca confiança nos resultados do diálogo nacional inclusivo, defendendo que o processo deve abordar de forma clara e transparente questões, como transparência eleitoral , a falta de medicamentos nos hospitais , segurança, a educação, justiça e o elevado custo de vida. Os comentários refletem dúvidas

Persistem percepções públicas de exclusão de actores políticos considerados relevantes por diferentes sectores da sociedade, bem como preocupações relativas à insuficiente abordagem das causas estruturais que motivaram as manifestações pós-eleitorais.



## IX. PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS

A monitoria do processo permitiu identificar um conjunto de riscos susceptíveis de comprometer a credibilidade, legitimidade e sustentabilidade do Diálogo Nacional Inclusivo.

Entre os principais riscos destacam-se:

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Possíveis Consequências
Persistência da desconfiança pública	Alta	Alta	Redução da credibilidade e legitimidade do processo
Percepções de exclusão de actores políticos relevantes	Alta	Alta	Contestação dos resultados e diminuição da adesão social

Filtragem excessiva das contribuições durante a consolidação	Média-Alta	Alta	Perda de propostas relevantes e aumento da desconfiança
Falta de rastreabilidade das contribuições	Alta	Alta	Impossibilidade de verificar se as propostas foram consideradas por falta de divulgação
Captura técnica do processo por consultores ou equipas especializadas	Média	Alta	Percepções de falta de transparência e participação efectiva
Comunicação pública insuficiente	Alta	Média-Alta	Circulação de rumores, especulações e desinformação
Fragmentação das reformas estruturais	Média-Alta	Alta	Aprovação de reformas isoladas e sem coerência sistémica
Fragilidade dos mecanismos de implementação	Alta	Muito Alta	Reformas aprovadas sem execução efectiva
Ausência de mecanismos de acompanhamento pós-diálogo	Alta	Alta	Dificuldade de monitorar a implementação das propostas
Desalinhamento entre expectativas públicas e resultados finais	Alta	Muito Alta	Frustração social e perda de confiança nas instituições
Continuidade de detenções, mortes e agressões associadas ao contexto político	Muito Alta	Muito Alta	Fragilização do ambiente de reconciliação nacional
Politização dos resultados do diálogo	Média	Alta	Disputas sobre a autoria e legitimidade das reformas
Exclusão indirecta de grupos vulneráveis ou periféricos	Média	Média-Alta	Redução da inclusividade do processo
Ausência de clareza sobre o processo de implementação futura das reformas	Alta	Muito Alta	Incerteza institucional e enfraquecimento dos resultados alcançados

O relatório considera que a ausência de resultados concretos poderá aprofundar sentimentos de frustração social e enfraquecer ainda mais a confiança pública nas instituições democráticas.

## X. CONCLUSÃO

Moçambique atravessa um momento politicamente sensível e historicamente determinante. O Diálogo Nacional Inclusivo representa simultaneamente uma oportunidade de reconstrução institucional e um teste à capacidade do Estado, dos partidos políticos e da sociedade moçambicana de responderem às expectativas de participação, justiça, transparência e inclusão expressas pelos cidadãos. As auscultações públicas realizadas ao longo do processo demonstram que existe forte interesse nacional na construção de reformas estruturais capazes de enfrentar as causas profundas da instabilidade política e social.

As contribuições recolhidas revelam igualmente crescente consciência pública relativamente à necessidade de fortalecimento institucional, reforma do sistema político e reconstrução da confiança entre cidadãos e instituições.

Contudo, o sucesso do processo dependerá da sua capacidade de produzir resultados concretos, credíveis e inclusivos. A ausência de implementação efectiva das reformas discutidas poderá aprofundar a desconfiança pública, ampliar sentimentos de frustração social e reforçar percepções de distanciamento entre instituições e cidadãos. Neste contexto, torna-se fundamental assegurar uma maior inclusão efectiva, associada a transparência institucional, participação cidadã, a priorização da reconciliação nacional, monitoria independente e compromisso político com reformas estruturais.

A Plataforma DECIDE considera que o actual momento representa uma oportunidade histórica para consolidação democrática, reconstrução da confiança pública e fortalecimento das instituições em Moçambique.

O futuro do Diálogo Nacional Inclusivo dependerá, em larga medida, da capacidade colectiva dos diferentes actores políticos, institucionais e sociais transformarem as expectativas públicas em reformas concretas, sustentáveis e capazes de responder às causas estruturais da instabilidade nacional.

**Plataforma DECIDE**

Maputo, Junho de 2026